

A formação dos jornalistas na viragem de oitocentos para novecentos

*The training of journalists at the turning of eight
hundred to nine hundred*

Ana Teresa Peixinho

Universidade de Coimbra | CEIS2o
apeixinho71@gmail.com
ORCID ID: [0000-0002-4533-7921](https://orcid.org/0000-0002-4533-7921)

Luís Augusto Costa Dias

Universidade Nova de Lisboa | IHC
luiscostadias@fcsh.unl.pt
ORCID ID: [0000-0003-0807-6272](https://orcid.org/0000-0003-0807-6272)

Resumo: Ao longo do século XIX *ser jornalista* era uma ocupação reservada a *homens de letras e homens de leis*, que viram na imprensa uma plataforma de intervenção e reconhecimento público. Contudo, no último quartel do século a situação alterou-se, perante uma mudança no mercado dos bens simbólicos, e foi este o período determinante na autonomização do jornalismo enquanto profissão autónoma numa modernidade inscrita na viragem para o século XX. Um dos aspetos decisivos para a profissionalização, e que pode ajudar a compreender as tensões e disputas simbólicas no campo intelectual por parte de um setor emergente e crescente de jornalistas, é precisamente a formação da classe. No caso do jornalismo português, o estudo da formação de jornalistas tem sido feito a partir de meados do século XX (Sobreira, 2003), havendo poucos dados concretos sobre as competências técnicas e formativas dos jornalistas do período agora em estudo. É no quadro do movimento associativo de final do século, a partir de 1880, que o ensino da profissão entra de alguma forma no horizonte. Sabe-se também que, além do caso norte-americano (Mollier *et al.*, 2006), em contextos similares europeus, este é um campo essencial para a compreensão da construção identitária da classe, com repercussões na sua legitimação simbólica e com consequências concretas no robustecimento do espaço público (Delporte, 1999; Cornu & Ruellan, 1993). Esta abordagem procura saber o que se passou em Portugal: através de fontes primárias e testemunhos de época, compreender que formação tinham os jornalistas que, na viragem de oitocentos para novecentos, alimentavam redações de grande dimensão, como em jornais de espectro tão diferenciado como o *Diário Ilustrado*, *O Século* ou *O Mundo*, o que nos leva a estudar formas de acesso à cultura e à aprendizagem, fenómenos de autodidatismo e de educação informal que se refletem no Jornalismo e permitem definir a sua *escola*.

Palavras-chave: ensino profissional; ensino informal; associativismo; jornalistas; homens de letras.

Abstract: Throughout the 19th century, being a journalist was an occupation reserved for men of letters and men of laws, who saw the press as a platform for intervention and public recognition. However, in the last quarter of the century, the situation changed, due to a change in the market of symbolic goods, and this was the decisive period in the autonomy of journalism as an autonomous profession in a modernity inscribed in the turn to the 20th century. One of the decisive aspects for professionalization, which can help to understand the tensions and symbolic disputes in the intellectual field by an emerging and growing sector of journalists, is precisely the formation of the class. In the case of Portuguese journalism, the study of the training of journalists has been carried out since the mid twentieth century (Sobreira, 2003), but there is little concrete data on the technical and training skills of journalists in the period now under study. It is within the framework of the associative movement at the end of the century, from 1880 onwards, that the teaching of the profession enters in some way on the horizon. It is also known that, in addition to the North American case (Mollier *et al.*, 2006), in similar European contexts, this is an essential field for the understanding of the construction of identity of the class, with repercussions on its symbolic legitimation and with concrete consequences in the strengthening of the public space (Delporte, 1999; Cornu & Ruellan, 1993). The approach of this study seeks to describe what happened in Portugal, through primary sources and testimonies of the time, to understand the training of the journalists who, at the turn of the 19th Century to the 20th Century, fed the newsrooms of large newspapers, such as *Diário Ilustrado*, *O Século* or *O Mundo*, which leads us to study forms of access to culture and learning, phenomena of self-didacticism and informal education that are reflected in Journalism and allow us to define its School.

Keywords: professional training; informal education; associative movements; journalists; men of letters.

Proposta de abordagem

A construção da profissão de jornalista em Portugal remonta aos finais do século XIX, pois foi sobretudo na viragem de século que começou a fermentar uma consciência de classe, estimulada pela mudança no mercado dos bens simbólicos e pela aceleração da cultura de massas (Costa Dias, 2017, p. 7). Tal aconteceu num contexto combinado de mudanças de fundo nos finais da monarquia constitucional que concorreu para a afirmação da identidade profissional da classe: à combinação fundamental de “aceleração das migrações, da urbanização e da industrialização” como em toda a Europa culta (Kalifa, 2001, p. 4), juntou-se no nosso país a grande instabilidade e agitação, perante a qual os jornais foram importantes palcos de discussão política e ideológica (Sardica, 2012), com um evidente aproveitamento do poder mediático por parte do campo político republicano, de extracto pequeno-burguês, cujo programa colhia especial apoio social nas massas urbanas; em sobreposição, a revolução tecnológica com impacto nas formas de produção e consumo, com novas formas de mediação e conseqüente alargamento a um espaço público ampliado (Costa Dias, 2018; Peixinho & Costa Dias 2015; Sardica, 2009); e, não menos, a alteração do cenário social nos meios urbanos, com a afirmação do setor terciário, do comércio aos serviços, incluindo particularmente, para o que aqui nos interessa, o campo intelectual (Costa Dias, 2018).

Um dos sintomas dessa consciência de classe, indício de autonomização profissional dos jornalistas portugueses, é precisamente a discussão acerca do ensino e da formação da classe, que assoma neste período e é marcada por tensões e impasses que podem também ajudar a compreender as disputas simbólicas no campo intelectual por parte de um setor emergente e crescente dos novos jornalistas. Para Jorge Pedro Sousa, “a reflexão sobre o ensino do Jornalismo em Portugal acompanhou não só o processo de gradual profissionalização (...) como também a tendência de se considerar o jornalismo uma profissão técnica passível de ser ensinada como outras profissões liberais” (Sousa, 2009, p. 29).

No caso do jornalismo português, o estudo da formação de jornalistas tem sido sobretudo feito a partir de meados do século XX — veja-se, por exemplo, o estudo sistemático sobre o ensino e a profissionalização dos jornalistas portugueses entre 1933 e 1974 em Sobreira (2003) —, havendo poucos dados concretos sobre as competências técnicas e formativas dos jornalistas no período aqui em estudo. Sabe-se que foi no quadro do movimento associativo de final do século, sobretudo a partir de 1880, ano da constituição da Associação de Jornalistas e Escritores Portugueses, que a problemática do ensino da profissão entrou no horizonte (Cunha, 1941). Sabe-se também que, para além do caso norte-americano (Mollier *et al.*, 2006), em contextos similares europeus, nomeadamente em França, este é um campo essencial para a compreensão da construção identitária da classe, com repercussões na sua legitimação simbólica e com conseqüências concretas no robustecimento do espaço público (Delporte, 1999; Cornu & Ruellan, 1993).

Para Thomas Ferenczi, em 1888, os jornalistas não eram ainda reconhecidos como uma classe homogênea e já na última década do século havia, em França, quem rejeitasse a ideia da necessidade de uma preparação profissional específica (Ferenczi, 1993, pp. 243-258). Christian Delporte, por seu lado, assinala como, em 1880, Edouard Chardon, no seu *Dictionnaire des Professions*, recusava o estatuto profissional à classe dos jornalistas, argumentando não existir nenhuma aprendizagem específica para a função, nem nenhum diploma ou certificado para a ela aceder (Delporte, 1995, p. 13). Tal como em França, em Portugal, durante quase todo o século XIX, *ser jornalista* era sobretudo uma ocupação subsidiária de homens de letras e políticos, que, numa ótica instrumental, usavam a imprensa como importante plataforma de reconhecimento público e meio eficaz de luta partidária (Peixinho & Costa Dias, 2018).¹

Esta abordagem procura saber o que se passou em Portugal: através da consulta de fontes primárias e testemunhos de época, compreender que formação tinham os jornalistas que, na viragem de oitocentos para novecentos, alimentavam já redações de grande dimensão, como em jornais de espectro tão diferenciado como o *Diário Ilustrado*, monárquico, *O Século*, tendencialmente desalinhado, embora com laivos de simpatia republicana que vinham da sua origem, ou *O Mundo*, republicano (Costa Dias, 2014), o que nos leva a estudar formas de acesso à cultura e à aprendizagem, fenómenos de autodidatismo e de educação informal que se refletem no Jornalismo e permitem definir a especificidade da *escola* então seguida.

Assim, seguir-se-ão duas vias de acesso, permitindo cruzar a dimensão documental com a dimensão teórico-cultural: 1) a que permite aferir da consciencialização, por parte da classe, da necessidade de formação, que será percebida pelo cotejo da documentação publicada pelas associações profissionais; 2) a que permite identificar, descrever e compreender instrumentos, formas e meios de educação informal dos jornalistas neste período, sob a falta de enquadramento institucional.

Uma civilização do impresso

O jornalismo moderno nasceu em Portugal sob um panorama de transformações combinadas, a diversos níveis da sociedade, que potenciaram um novo desenvolvimento urbano

1 Pelo menos desde a década de 20, o homem de letras que pretendesse fazer carreira literária e ganhar notoriedade sabia que o seu sucesso literário dependia da publicidade mediática (Kalifa e Thérenty, 2011, p. 1499). José Tengarrinha, aliás, explica o incremento da qualidade da escrita dos jornais portugueses de oitocentos precisamente pelo protagonismo que os escritores tiveram na imprensa entre 1820 e 1880 (Tengarrinha, 1989). Em contexto português, ao longo da primeira metade do século, o Jornalismo foi lentamente angariando algum prestígio e, no último quartel do século, encontramos jornalistas socialmente prestigiados: “É o caso de António Rodrigues Sampaio, exclusivamente jornalista, que foi várias vezes deputado, ministro e até presidente do Conselho; de José de Sousa Bandeira, respeitado e admirado nos meios intelectuais e sociais; de Teixeira de Vasconcellos, Lopes de Mendonça, Pinheiro Chagas, Latino Coelho, Rebelo da Silva, Mendes Leal (...)” (Tengarrinha, 1989, p. 192).

e criaram um quadro de efeitos multiplicadores de crescimento no campo cultura, constituindo o conjunto de incidências históricas na criação de um novo espaço público. Numa perspectiva de história cultural e social, importa resumir aqui os aspetos de maior importância para sustentar a tese que ora esboçamos.

O arranque dessas transformações remete, antes de mais, para os resultados mais relevantes do “fomento” da política “fontista”, com particular expressão na rápida construção das vias de comunicação na segunda metade do século XIX português, acelerada nas décadas de 1870 e 1880 — tanto a rede dos caminhos-de-ferro (Alegria, 1990, p. 239 e ss.) como a do telégrafo elétrico (Rollo 2009, pp. 51-96) que encurtaram espaço e tempo em termos reais e permitiram, portanto, alterar o ritmo das mobilidades, antes de mais das pessoas. A migração interna, sem precedentes, do interior para o litoral e dos campos para os meios urbanos, foi um fenómeno de igual importância ao desenvolvimento da informação pelos meios de comunicação da época

O impacto migratório nas cidades tem direta relação com a mudança do clima social e cultural urbano: numa pressão demográfica que obrigou, nalguns casos, a um aumento da periferia do seu território, considerável no caso de Lisboa; o crescimento populacional foi acompanhado de uma modernização urbana (Silva, 1989), a par de importantes transformações nas atividades socioprofissionais e no acesso à cultura e aos objetos culturais.

A explosão da imprensa em Portugal na segunda metade de oitocentos teve, como em França, o seu “epicentro” nos anos 1860 (Kalifa, 2000), altura em que, no nosso país, o aumento de títulos criados mais do que duplicou em relação às duas décadas anteriores, com uma média de quase 65 jornais criados por ano, sendo um desses o pioneiro *Diário de Notícias*, criado em 1864, ano I da imprensa de massas. Na década de 1880 e seguinte, momento em que *O Século*, fundado em 1881, iniciou a sua trajetória dominante que durou quase meio século, a imprensa de massas atingiu o ponto decisivo de viragem, dobrando uma vez mais o número de novos cabeçalhos em relação ao período anterior, agora com quase 145 títulos novos por ano (Costa Dias, 2018). Nem as tiragens são despreciandas: entre 1880 e 1918, num exemplo extremo, *O Século* passou de 8 mil para 200 mil exemplares tirados diariamente (Costa Dias, 2018).

O crescimento urbano implicou um novo espaço público, tanto ao nível de novas modalidades de acesso à cultura como de novos públicos e diferenciadas formas de receção dos objetos culturais, de alteração de vivências e sociabilidades num contexto citadino em mudança (Peixinho & Costa Dias, 2015). A principal mudança respeita ao desenvolvimento do que designamos por *cultura de rua*, na baixa classe média e na base da pirâmide social urbana, sem os quais não poderia falar-se de uma cultura de massas: não obstante a manutenção do domínio cultural da classe média típica do liberalismo clássico, neste período entram em concorrência interesses culturais provenientes das classes sociais criadas pela revolução da terciarização, mas também por um novo impulso da industrialização.

No domínio social, cresceram e diversificaram-se as profissões urbanas e a quantidade dos seus efetivos, ampliando o número de empregados nas repartições, no comércio em geral, nos transportes urbanos, nas comunicações interurbanas, nas casas de espetáculos ou na estrutura das organizações associativas. Trata-se de profissões do setor terciário que exigem, pelo menos, um mínimo de funções intelectuais que tornaram possível formas de ascensão e afirmação social, em maior ou menor escala. Além destas, não podem ser esquecidas as profissões intelectuais propriamente ditas, então estatisticamente reunidas na designação genérica (e pobre, para nós, historiadores) de “profissões liberais”, que duplicaram entre 1900 e 1911, mesmo que os seus efetivos em atividade representassem pouco mais que 1/3 do total de recenseados na categoria (*Anuário* 1900, pp. 54-55; 1911, p. 53)²; além do contínuo aumento de engenheiros e arquitetos mobilizados pelo desenvolvimento do urbanismo, de médicos, enfermeiros e auxiliares de saúde convocados pela expansão do higienismo, cresceram os profissionais ligados à literatura, ao jornalismo e ao ensino, num campo literário então muito híbrido cujos protagonistas provinham ainda de outras profissões liberais ou mesmo do funcionalismo, alguns mesmo oriundos dos meios populares (Costa Dias, 2019b).

O movimento associativo e o polémico ensino do Jornalismo

O ano de 1880, em que se celebrou o tricentenário camoniano, é um marco importante no caminho pela qualificação e autonomização profissional do jornalista, precisamente porque coincide com o ano da fundação da primeira associação profissional: a Associação de Jornalistas e Escritores Portugueses³. Embora o nome e os estatutos desta associação remetam para um universo em que escritores e jornalistas participavam ainda de um mesmo estatuto socio-profissional, se quisermos um mesmo campo literário ainda homogéneo, na realidade a convivência deixara de ser pacífica e estava à beira da rutura. A partir do momento em que os jornais se massificaram e a informação ganhou valor comercial, as redações dos jornais passaram

2 Daí poder concluir-se que uma parte importante destes profissionais possuíam outras fontes de subsistência.

3 A arqueologia do movimento associativo obriga a que se tenha em consideração um conjunto de associações que, ao longo do século XIX, foram aparecendo. Alfredo Cunha dá conta da Sociedade de Homens de Letras, tentada em 1870, por iniciativa de Teixeira de Vasconcelos, então diretor da *Gazeta de Portugal*, ao qual se associaram Ramalho Ortigão, Pinheiro Chagas, Andrade Corvo e Rodrigues Sampaio, este último diretor da Revolução de Setembro, com o intuito de “substituir a força da associação à fraqueza do isolamento, para defender e fazer valer, pelo poder comum, os interesses morais e materiais dos seus membros em geral e de cada um em particular” (Cunha, 1941, p. 12). José Carlos Valente, no estudo do Sindicato dos Jornalistas, publicado em 1988, conta entre 1836 e 1870 cinco associações que fazem parte da pré-história do associativismo da classe (Valente, 1988, pp. 14-18). Também Isabel Nobre Vargues refere um conjunto de associações que, na primeira metade do século, no quadro da instauração do regime liberal, apareceram em Portugal: Sociedade dos Amigos das Letras (1823 e 1836), a Academia Lisbonense das Ciências e das Letras (1843), o Grémio Literário (1846), Liga Promotora dos Melhoramentos da Imprensa (1846), Sociedade dos Amigos das Letras e das Artes de S. Miguel (1848), a Associação Tipográfica Lisbonense (Vargues, 2003, p. 168).

a alimentar-se de um conjunto crescente de profissionais — entre noticiaristas e redatores, repórteres, informadores e revisores, para além de uma combativa classe de tipógrafos — que não tinham o estatuto social nem a projeção cultural dos homens de letras, mas que eram essenciais para manter as publicações e viviam exclusivamente da atividade jornalística.

Entre escritores e jornalistas eclodiram, portanto, tensões, e a representação extremamente negativa do jornalista na literatura da época foi disso um claro sinal. Em um dos panfletos de *Os Gatos* em 1890, dedicado à imprensa da capital, Fialho de Almeida ataca, com a sua característica acidez, a classe dos repórteres, o “caixeiro de fora do jornal”:

Pela subalternidade do ofício, e pela classe vaga e incompleta de indivíduos donde entre nós o repórter é tirado, pressupõe-se que este funcionário não exceda um nível de cultura abaixo do mediano, nem na maior parte dos casos possa gabar-se dum dom de penetração por aí além. [...] Sai dos *déclassés* que as escolas rejeitaram, e dos tipos frustes que se quiseram eximir às profissões francamente laboriosas e correntes. Não é um homem de letras, e por outro lado falta-lhe educação que o transforme num crítico incisivo dos acontecimentos que desfilam; é literatiço falho, artigoleiro sem predicados de moralista (Almeida, 1937, p. 95).

Vale a pena determo-nos neste ataque corrosivo e impiedoso do escritor, porque ele reflete precisamente o modo como o profissional da imprensa viu nascer a sua autonomia profissional: em tensão e confronto, por comparação com a elite cultural das letras nacionais. E porque esta crítica elenca aspetos com valor fundacional no modo como a questão do ensino foi tratada doravante. Um ofício subalterno, feito por indivíduos de fruste cultura e instrução duvidosa, sem capacidade de influência pública, definido pela negativa como não sendo um homem de letras e sem capacidade crítica: vê o repórter como uma profissão de recurso, frustrada. Descontando as hipérboles caricaturais da verrinosa pena de Fialho, este parágrafo condensa um conjunto de questões que evidenciam a rutura no campo cultural português, fratura essa desencadeada no seio da imprensa. Em última instância, reconhecia que o espaço do jornal não era já a livraria do escritor ou o café da boémia, mas o lugar da redação que Raul Brandão via “em forja rubra, a certas horas da tarde ou da noite” (Brandão, 1998, p. 212), e, próximas, o bazar de refeições e a leitaria como novo território de sociabilidade (Costa Dias 2019b).

O estudo do movimento associativo de final do século é bastante eloquente relativamente a estas tensões. A criação da Associação da Imprensa Portuguesa, em 1897, de iniciativa dos jornalistas Alberto Bessa, José de Lemos, Vieira Correia e Ludgero Viana, é desencadeada como reação à Associação de Jornalistas criada no ano anterior e que reunia, nas palavras Alfredo da Cunha, a “aristocracia da imprensa”, integrando apenas “escritores tironcinados e categorizados, de reputação feita no meio literário português” (Cunha, 1941, pp. 24-25), excluindo uma cada vez mais numerosa classe de repórteres e redatores indispensável aos novos jornais.

Apesar de tudo, é no âmbito do movimento associativo que emergem as primeiras reflexões, ainda que tímidas e inconsequentes, sobre a importância da formação e do ensino para a credibilização profissional. Alberto Bessa foi, neste âmbito, figura fundamental, jornalista de longa carreira desde os 18 anos entre redações no Porto e em Lisboa (Santos, 2005); e, além disso, alimentou bastos conhecimentos sobre a imprensa nacional e internacional que carregou na obra mais informada desse tempo (Bessa, 1904). Aí apontou as primeiras escolas de jornalismo na América e na Europa, uma das quais nos Estados Unidos, por iniciativa de Joseph Pulitzer, diretor do *The World* e cujo programa, a lecionar em dois anos, entregou ao cuidado de Charles Eliot, professor da Universidade de Harvard. Portugal estava, contudo, ainda muito longe de fundar o seu primeiro curso superior em Jornalismo, o que só ocorreria, como é sabido, após a queda do Estado Novo⁴, mas a questão da formação e do ensino desta classe profissional estava já incrustada no período que aqui se analisa, no quadro da constituição das associações profissionais e da organização dos Congressos Internacionais da Imprensa, cuja 5.^a edição decorreu em Lisboa sob o concurso da Associação da Imprensa Portuguesa, fundada em 1897.

A leitura da documentação emanada por estas associações, permite, de facto, detetar tanto a consciência de uma formação especializada como instrumento de afirmação profissional, quanto uma noção da importância dos saberes e da cultura que a prática jornalística tinha condições de ampliar, para além de um perfeito conhecimento das experiências estrangeiras. Alfredo Cunha considera a Associação dos Jornalistas e Escritores Portugueses “o embrião ou precursor duma escola de jornalistas semelhante àquelas mais tarde preconizadas no Congresso Internacional da Imprensa” (Cunha, 1941, p. 13), referindo-se à intervenção de Albert Bataille no V Congresso de Lisboa⁵ sobre o ensino profissional do Jornalismo. Esta é uma afirmação manifestamente otimista: primeiro porque as propostas do jornalista francês

4 “O ensino superior do jornalismo em Portugal é relativamente recente e particularmente tardio quando comparado com o contexto internacional. Apesar de o primeiro curso superior de Comunicação Social ter nascido no setor privado, ainda no início da década de 1970, o contributo da Escola Superior de Meios de Comunicação Social (ESMCS), em Lisboa, foi muito fugaz, tendo o seu fim sido ditado pela revolução de 1974. Considera-se, por isso, que as primeiras licenciaturas nesta área só foram criadas posteriormente, na Universidade Nova de Lisboa (UNL), em 1979, e no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, em 1980” (Peixinho et. al., 2016, p. 22). Jorge Pedro Sousa comenta “o retardamento do ingresso do Jornalismo no panorama dos cursos universitários” (Sousa, 2009, p. 3), adiantando que uma das causas para tal atraso, quando cotejado o contexto internacional, residiu na prolongada discussão, no seio profissional e na academia sobre a necessidade de formação superior de jornalistas. Esta questão é bastante interessante, mas não a desenvolveremos no âmbito deste trabalho, embora as raízes de alguns dos dilemas discutidos no país encontrem as suas raízes no período aqui estudado.

5 O jornal *Ocidente* dedica um número a este congresso, descrevendo detalhadamente participantes e programa. Sabe-se que estiveram presentes 347 jornalistas de 18 nacionalidades diferentes (a maioria europeus), sendo que um terço eram franceses e havia 44 portugueses. Além dos congressistas, 47 “damas” assistiram aos trabalhos e participaram nos fastuosos programas sociais preparados para a ocasião. A sessão inaugural, em que o rei D. Carlos discursou, decorreu a 26 de setembro de 1898, na Sociedade de Geografia em Lisboa. A peça, descreve os temas das sessões, entre os quais se encontra a intervenção de Albert Bataille, mas não desenvolve qualquer conteúdo ou discussão. Foca-se, sobretudo, na dimensão social do evento, cujo grande feito foi “tornar o reino de Portugal melhor conhecido lá fora”.

no Congresso não encontraram a ressonância devida (se, em França, no ano seguinte e em colaboração com *Le Figaro*, é fundada a primeira escola superior de Jornalismo, em Portugal, não se deteta sequer nenhuma manifestação ou tentativa para que tal aconteça); em segundo lugar, porque, na verdade, não há vestígios que indiquem ter sido o ensino profissional do Jornalismo uma preocupação da Associação fundada em 1880, o que não deve confundir-se com o paternalismo mais ou menos sincero nas referências às necessidades de educação do povo.

Apesar destas reservas, o que parece evidente entre os seus membros é o desejo de ilustração do país e a conseqüente elevação do nível da imprensa. Não é coincidência que ela tenha sido criada no ano da comemoração do tricentenário camoniano, tendo mesmo liderado o programa das comemorações do escritor. Camões, o poeta, era o símbolo do “ideal dos progressos da pátria”, nas palavras dos autores das Bases da Associação⁶. Como explicita C. Godolfim no artigo que escreve para o Boletim saído em 1884:

A Associação dos Jornalistas e Escritores Portugueses, nascendo da solenização dum grande facto nacional, veio erguer uma força poderosa, reunindo todas as atividades intelectuais, num pensamento grande e levantado, qual é o da solidariedade (Godolfim, 1884, p. 18).

Os estatutos, redigidos por Eduardo Coelho e Magalhães Lima, são compostos por 25 artigos cuja leitura permite inferir que a educação e a formação, seja dos seus sócios, seja dos cidadãos, eram, na verdade, um objetivo da Associação: “elevar o nível da imprensa” (Art. 2.º, § 1) e “influir o mais diretamente que possa nos progressos da literatura, das ciências, das artes, da educação e instrução pública” (Art. 2.º, § 2) são dois desideratos estatutariamente consagrados. A criação de uma Biblioteca do Jornalismo Português e de um gabinete de leitura são também dois fins plasmados nos estatutos de 1880 que pretendem pôr à disposição de todos os associados livros, jornais e telegramas, bem como “os elementos necessários para os sócios poderem trabalhar, escrevendo seus artigos, correspondências ou quaisquer composições literárias” (Art. 6.º, § 2). A intervenção educativa também se projeta no conjunto de iniciativas culturais, desde exposições, a conferências ou cursos, sobre todas as matérias e ramos do conhecimento (Art. 7.º).

De resto, as associações criadas posteriormente (Associação dos Jornalistas⁷, em 1896; Associação da Imprensa, em 1897; Associação de Classe dos Trabalhadores da Imprensa, em 1904, que dará origem, em 1924, ao Sindicato dos Profissionais da Imprensa) manifestam precisamente o mesmo desígnio, consagrando-o estatutariamente: “elevar o nível intelectual

6 Subscvem as Bases: Rodrigues da Costa, Teófilo Braga, Luciano Cordeiro, Ramalho Ortigão, Magalhães Lima, Pí-nheiro Chagas, Jaime Batalha Reis e Eduardo Coelho.

7 O nome desta associação por vezes aparece com complemento: Associação dos Jornalistas de Lisboa.

e moral da imprensa” e contribuir para o progresso civilizacional da nação. Só em 1925, porém, quando da aprovação dos Estatutos do Sindicato dos Profissionais da Imprensa, que veio substituir a Associação dos Trabalhadores da Imprensa, se explicita a intenção de fundar uma escola de jornalismo “cujo programa, inspirado embora em exemplos estrangeiros, se deverá adaptar às necessidades do meio” (*Estatutos SPIL*, 1925).

Níveis e espaços de aprendizagem

Para lá dos debates possíveis e do enquadramento institucional adverso, resta avaliar a realidade concreta dos níveis de aprendizagem na carreira jornalística, uma vez dados os primeiros passos na autonomização profissional, desentranhada de um campo intelectual híbrido e até então homogéneo em que escritores e jornalistas haviam comungado um mesmo espaço. Sem escola de formação específica, os novos jornalistas seguiam uma escola de tarimba iniciada como “aventura”, palavra comumente aplicada em inúmeros depoimentos ou memórias da época. Tais eram os que se sentiam impelidos para o desempenho de uma atividade que era considerada nova: em plena viragem de século, *ser jornalista* significa já a profissão de *repórter* que, segundo memória de um redator do *Diário de Notícias*, Acúrsio Ferreira, “é hoje a primeira figura do jornalismo em qualquer parte do mundo” (*Uma Hora de Jornalismo*, 1928, p. 1), ambicionando fazer “vida de *repórter*”, como Hermano Neves (*Uma Hora de Jornalismo*, 1928, p. 93).

Com a multiplicação das redações, a diversificação de títulos para diferentes públicos e o aumento de efetivos nos jornais, integrados já na carreira ou elementos marginais, a “aventura” jornalística abriu portas a um ingresso sem exigências de formação ou, melhor, a uma formação genérica que passava pelo autodidatismo, pela “sensibilidade de repórter” (*Uma Hora de Jornalismo*, 1928, p. 69) e por uma tarimba do afã entre as redações e a rua — uma *escola* paralela e concorrente à aprendizagem formal a que poderemos chamar “boémia jornalística” (Abreu, 1928).

Pensamos, porém, ter importância bem mais relevante a proveniência popular dos efetivos nas redações ou em seu torno: tanto repórteres como os chamados *informadores*, os revisores ou os tipógrafos, espécie de elite operária ou já aburguesada que, em alguns casos limite, chegaram a atingir um patamar superior na escala social, cultural e política. É certo que uma parte importante da metodologia de trabalho teria de passar por um rastreio biográfico mais sistemático e apurado que o que atingimos até ao momento, mas nem por isso o ponto das pesquisas a que chegámos e os indicadores apontados desautorizam uma perspetiva de conjunto.

Num momento de afluxo demográfico para os meios urbanos, aliás sem precedentes como se afirmou anteriormente, a via mais significativa de formação cultural dos recém-chegados, sem meios de sustentação para a frequência escolar regular e sucessiva, foi o

autodidatismo, que começava nessa instituição informal, aliás subterrânea, dos *mestres* ou *mestras de rua* que ensinavam a ler e a escrever à criançada pobre que “garotava pelas ruas”; mas ainda as pequenas salas particulares ou “modestas escolas” abertas em andares (Marques, 1935, pp. 14, 17), que conferiam básicos instrumentos de alfabetização com poucos custos. Literacia à parte, a vontade de prosseguir uma elevação social franqueava, de seguida, outro nível, o do associativismo cívico ou profissional, sendo de destacar, por exemplo, o papel da *Voz do Operário* e do seu jornal homónimo que, em 1908, tirava 50 mil exemplares por semana (Costa Dias, 2014a). Neste percurso complexo de níveis de aprendizagem informal, o lugar superior podia ser atingido numa Academia de Estudos Livres, aliás bastante dinâmica e pedagógica, fundada em 1889 e transformada em Universidade Popular em 1904 (Costa Dias, 2018). O percurso não era linear nem repetido por todos os que ascendiam a partir da base da pirâmide social urbana: alguns mantinham-se ao nível dos primeiros passos desta formação alternativa, como foi o caso de Adriano Costa, do *Diário de Notícias*, de quem Acúrcio Pereira dizia ter “um espírito de autêntico *repórter* que supria com um notável instinto a sua falta de cultura” (*Uma hora de jornalismo*, 1928, p. 3).

Ora, não descurando o pano de fundo de uma luta pela defesa ou obtenção de um capital simbólico, o traço comum na ascensão cultural destes indivíduos estava em que o campo literário lhes estava cada vez mais vedado e o novo campo jornalístico se lhes abria como oportunidade (mesmo com dificuldades, mas com persistência e sacrifício que a maioria deles denota) de ingressar no vasto mundo das letras capaz de lhes conferir visibilidade pública.

Conclusões

Algumas conclusões se impõem no estudo do problema que aqui se coloca. A possibilidade de uma formação específica para a carreira jornalística surge em resultado do aparecimento da imprensa de massas e do crescimento de efetivos na profissão, em que raríssimos tinham educação superior, muito poucos concluíam uma formação média e a maioria ascendia a partir de uma aprendizagem básica ou sem concluir estudos médios. A abertura do mercado de emprego fez-se simultaneamente pelas possibilidades de ascensão a uma carreira intelectual e pela luta de restrição do campo intelectual a uma elite culta tradicional. Daí que esta procurasse remeter os jornalistas de carreira para uma subalternidade.

O óbice à criação de uma escola jornalística tinha diversas variáveis, a primeira das quais era a perda de oportunidade de entrada num mercado de emprego, mas, não menos importante, um ensino em crise ou, segundo Cândida Proença, em “completo caos” desde as reformas sucessivas do rotativismo dos anos de 1880 e 1890 que tinham como resultado a criação de “fábricas de diplomas” para uma classe média e superior (Proença, 1997, pp. 153-155, 328-330). Outra das variáveis era o acesso a uma educação escolar, cujos estabelecimentos de

ensino cresciam muito lentamente, tanto na Monarquia final como na República nascente, e o aumento na frequência nas escolas públicas mantinha-se estável, mesmo ao nível liceal (Valente, 1973, pp. 101-103). Sobretudo, este ensino tradicional não acompanhou um mercado social que se abria, na transição de século, às classes mais baixas dos meios urbanos onde a ascensão cultural tornava a prossecução de uma profissão jornalística uma possibilidade, mas recorrentemente um “sonho”, uma “ânsia”, uma “aventura”.

Não obstante, ou em contradição, num mundo urbano em que cresciam os setores secundário e, sobretudo, terciário, e as exigências de (pelo menos) mínimas funções intelectuais na indústria e nos serviços, cresceu efetivamente uma apetência para encontrar caminhos na alfabetização e no autodidatismo que permitia, simultaneamente, uma ascensão cultural e social numa faixa etária que era a do primeiro emprego ou de um emprego estável, entre os 15 e os 30 anos. Não sobrava tempo nem dinheiro para acorrer ao mercado jornalístico, quando os efetivos recenseados nas profissões liberais correspondiam a metade da população ativa no setor.

Em resultado, a criação de uma formação específica e de uma escola de jornalismo, não obstante uma consciência da sua importância e de um perfeito conhecimento do que se passava no estrangeiro, não encontraram condições sociais nem vontade política de serem implementados. Por estes motivos, muito dificilmente a história do jornalismo e dos jornalistas, fora de meros juízos de valor e impressões superficiais, pode fazer-se sem uma abordagem de história cultural e social, bem como de uma história da educação e de uma história das elites e dos intelectuais.

Referências bibliográficas

- Abreu, J. de (1928). *Boémia Jornalística: memórias dum profissional com 30 anos de serviço na "fileira"*. Guimarães e C^a.
- Alegria, M. F. (1990). *A Organização dos Transportes em Portugal (1850-1910): as vias e o tráfego*. Centro de Estudos Geográficos.
- Almeida, F. de (1937). *Os Gatos*. 6^a ed. Clássica Editora.
- Brandão, R. (1998). *Memórias*. Ed. J. C. Seabra Pereira, vols. I e II. (1^a ed., Porto: Renascença Portuguesa, 1919). Relógio d'Água
- Cabreira, A. (1902). *Discursos Proferidos no Congresso Internacional da Imprensa em Berna: pelo delegado da Associação da Imprensa Portuguesa*. Tipografia do Comércio.
- Cornu, G.; Ruellan, D. (1993). *Technicité intellectuelle et professionnalisme des journalistes*. In *Réseaux: communication, technologie, société*, n.º 62, pp. 145-157. Disponível em https://www.persee.fr/doc/reso_0751-7971_1993_num_11_62_2585
- Costa Dias, L. A. (2019a) Lire «au coin de la rue», ou l'entrée du Portugal dans l'ère médiatique. In *Le Temps des Médias*, n.º 32 (Paris, Printemps 2019), pp. 201-218.
- Costa Dias, L. A. (2019b). O círculo da "Leitaria Costa": itinerários populares da cultura de rua na transição do século XIX para XX. In *Impossibilia. Revista Internacional de Estudos Literários*, n.º 17 (Granada, primavera 2019), pp. 52-82. <https://doi.org/10.32112/2174.2464.2019.288>
- Costa Dias, L. A. (2018). Personagens inventadas: jornalismo e ficção na I Grande Guerra mediática (1914-1918). In *Mediapolis. Revista de Comunicação, Jornalismo e Espaço Público*, 6 (2º sem.), pp. 41-59. https://doi.org/10.14195/2183-6019_6_3
- Costa Dias, L. A. (2017). Do claro busto de Minerva à dupla face de Jano, ou os anos dourados da imprensa. In C. Gouveia (Coord.) *Roque Gameiro na Imprensa*, pp. 7-17. Casa Roque Gameiro.
- Costa Dias, L. A. (2016). Traição dos intelectuais portugueses? In *Os Intelectuais Portugueses e a Guerra: 1914-1918*, pp. 17-42. Biblioteca Nacional de Portugal. <http://livrarionline-ebooks.bnportugal.gov.pt/book/os-intelectuais-portugueses-e-a-guerra-1914-1918/20CQB4>
- Costa Dias, L. A. (2014a). Jornalismo moderno. In M. F. Rollo (coord.). *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, Vol. II, pp. 539-541. Assembleia da República.
- Costa Dias, L. A. (2014b). Imprensa e espaço público. In M. F. Rollo (coord.). *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, Vol. II, pp. 370-373. Assembleia da República.
- Costa Dias, L. A. (2014c). Elites intelectuais. In M. F. Rollo (coord.). *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, Vol. I, pp. 1114-1117. Assembleia da República.
- Costa Dias, L. A. (2010). Os "repórteres" de imprensa na entrada da era mediática. In *1910, o ano da República*, pp. 247-250. Biblioteca Nacional.
- Cunha, A. (1941). *Jornalismo Nacional: das malogradas associações de imprensa à alvitrada Ordem dos Jornalistas Portugueses*. Sindicato Nacional dos Jornalistas Portugueses.
- Delporte, Ch. (1999). *Les Journalistes en France (1880-1950): naissance et construction d'une profession*. Editions du Seuil.
- Delporte, Ch. (1995). *Histoire du Journalisme et des Journalistes en France (du XVII^e siècle à nos jours)*. P.U.F. Col. "Que sais-je?"
- Ferenzci, Th. (1993). *L'Invention du Journalisme en France*. Plon.
- Kalifa, D. (2001). *La Culture de Masse en France: 1. 1860-1930*. La Découverte.
- Kalifa, D. (2000). L'entrée de la France en régime médiatique: l'étape des années 1860. In J. Migozzi (dir.). *De l'écrit à l'écran. Littérature populaire: mutations génériques, mutations médiatiques*, pp. 39-51. Presses Universitaires de Limoges.
- Kalifa, D.; Thérenty, M.-T. (Dir.) (2011). *La Civilisation du Journal: histoire culturelle et littéraire de la presse au XIX^{ème} Siècle*. Nouveau Monde Editions.
- Marques, H. (1935). *Memórias de um Editor*. Livraria Central Editor.
- Mollier, J.-Y.; Sirinelli, J.-F.; Vallotton, F. (dir.) (2006). *Culture de Masse et Culture Médiatique en Europe et dans les Amériques: 1860-1940*. P.U.F.
- Peixinho, A. T. & Costa Dias, L. A. (2018). O intelectual, o artista e as massas na cultura portuguesa finissecular. In *Revista Estudos do Século XX*, n.º 18, pp. 135-151. https://doi.org/10.14195/1647-8622_18_7
- Peixinho, A. T. & Costa Dias, L. A. (2015). A cidade e as suas personagens em fim de século: quadro de emergência de uma cultura urbana de massas em Portugal. In *Mediapolis. Revista de Comunicação, Jornalismo e Espaço Público*, 1 (1.º Sem.), pp. 91-105. https://doi.org/10.14195/2183-6019_1_6
- Peixinho, A. T. et al. (2016). Experiência de ensino do jornalismo: Modelo pedagógico da Universidade de Coimbra. In *Revista Estudos de Jornalismo*, 1, 6, pp. 22-35. <http://hdl.handle.net/10316/46454>
- Proença, M. C. (1997). *A Reforma de Jaime Moniz: antecedentes e destino histórico*. Colibri.
- Rollo, M. F. et al. (2009). *História das Telecomunicações em Portugal: da Direção-Geral dos Telégrafos do Reino à Portugal Telecom*. Fundação Portugal Telecom / Tinta-da-china.
- Santos, R. (2005). Alberto Bessa e a sua história do jornalismo: uma memória de cem anos. In *Ciências da Comunicação em Congresso na Covilhã: Actas do III SOPCOM, VI LUSOCOM, II IBÉRICO*, Vol. 4, pp. 193-201. Universidade da Beira Interior / LabCom. <http://www.bocc.ubi.pt/pag/santos-rogerio-alberto-bessa-historia-jornalismo-memoria-cem-anos.pdf>
- Sardica, J. M. (2012). O poder visível: D. Carlos, a imprensa e a opinião pública no final da monarquia constitucional. In *Análise Social*, Lisboa, 203, XLVII (2º. Sem.), pp. 344-368.
- Sardica, J. M. (2009). O jornalismo e a intelligentsia portuguesa nos finais da monarquia constitucional. *Comunicação & Cultura*, Lisboa, n.º 7 (primavera/verão), pp. 17-38. http://comunicacaoecultura.com.pt/wp-content/uploads/2010/07/07_01_Jose_Miguel_Sardica.pdf
- Silva, R. H. da (1989). Lisboa de Frederico Ressano Garcia. In *Lisboa de Frederico Ressano Garcia 1874-1909*, pp. 17-38. Catálogo de Exposição. Câmara Municipal de Lisboa / Fundação Calouste Gulbenkian.
- Sobreira, R. M. (2003). *Os Jornalistas Portugueses: 1933-1974*. Livros Horizonte.
- Sousa, J. P. (coord.) (2011). *Achegas à Construção do Pensamento Jornalístico Português*. Bocc/LabCom. http://labcom.ubi.pt/ficheiros/20110816-jorge_pedro_souza_achegas.pdf

Sousa, J. P. (2009). *A discussão sobre a introdução do ensino do Jornalismo em Portugal: das primeiras menções ao primeiro curso de graduação*. Bocc/UBI. <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-a-discussao-sobre-a-introducao-do-ensino-superior-do-jornalismo-em-portugal.pdf>

Tengarrinha, J. (1989). *História da Imprensa Periódica Portuguesa*. 2ª ed. revista e aumentada Editorial Caminho.

Valente, J. C. (1998). *Elementos para a História do Sindicalismo dos Jornalistas Portugueses: 1834-1934*. Sindicato dos Jornalistas.

Valente, V. P. (1973). *O Estado Liberal e o Ensino: os liceus portugueses (1834-1930)*. Gabinete de Investigações Sociais/Instituto Superior de Economia.

Vargues, I. N. (2003). A afirmação da profissão de jornalista em Portugal: um poder entre poderes? In *Revista de História das Ideias*, Coimbra, n.º 24, pp. 157-175.

Fontes

“5º. Congresso Internacional da Imprensa, em Lisboa” (1898). *O Ocidente*, Lisboa, 21, XXI, n.º 712 (10 out. 1898), [225], pp. 227-230.

Anuário Estatístico (1877-1931). Imprensa Nacional.

Associação de Jornalistas (1896). *Estatutos*. Tip. Universal.

Associação dos Jornalistas de Lisboa (1897-1899). *Relatório da Direção e Parecer do Conselho Fiscal*. Tip. Universal.

Associação dos Jornalistas de Lisboa (1902). *Aprensão de Periódicos: Consulta da Associação dos Jornalistas de Lisboa e proposta da Associação dos Advogados de Lisboa*. Tip. Universal.

Associação dos Jornalistas e Escritores Portugueses (1880). *Solenizando o Terceiro Centenário de Camões: Estatutos*. Tip. Universal.

Bases da Associação dos Jornalistas e Escritores Portugueses: aprovadas na assembleia da grande comissão dos representantes da imprensa de Lisboa (1880). s.n.

Bessa, A. (1904). *O Jornalismo: esboço histórico da sua origem e desenvolvimento até aos nossos dias*. Livraria Editora Viúva Tavares Cardoso.

Bessa, A. (1898b) *A Associação da Imprensa Portuguesa no 2º. Ano da sua Existência: relatório elaborado para ser presente à assembleia geral*. Tip. de O Expresso.

Bessa, A. (1898a) *A Associação da Imprensa Portuguesa: sua fundação e actos da comissão instaladora e da comissão especial de socorros, desde setembro de 1897 a março de 1898: relatórios*. Imprensa de Libânio da Silva.

Boletim da Associação dos Jornalistas e Escritores Portugueses (1884-1885). A.J.E.P.

Boletim do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa (1927).

Estatutos da Associação da Imprensa Portuguesa (1898). Imprensa Nacional

Estatutos da Associação de Classe dos Trabalhadores da Imprensa de Lisboa (1911). A. C. T. I.

Estatutos da Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto (1897). Tip. da Empresa Literária e Tipográfica

Estatutos do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa (1925). Papel. e Tip. Casa Portuguesa

Uma Hora de Jornalismo: aspectos, anedotas e inconfidências da vida profissional (1928). Caixa de Previdência do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa.

A Imprensa e a Associação (1883). Imprensa Nacional

Mesquita, A.; Parreira, J.; Costa, L. de M. e (1903) *Relatório dos Delegados da Associação dos Jornalistas de Lisboa* (ao 8º. Congresso Internacional da Imprensa). Tip. Universal.

Regulamento Interno da Associação de Classe dos Trabalhadores da Imprensa de Lisboa (1914). A. C. T. I. L.

Relatório da Gerência da Comissão Diretora da Associação dos Jornalistas e Escritores Portugueses (1880). A. J. E. P.